



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17771 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CLASSES MULTISSERIADAS NO CONTEXTO DE LUTAS CONTRA O FECHAMENTO E NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO

Elis Cristina Fiamengue - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Inaiara Alves Rolim - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CLASSES MULTISSERIADAS NO CONTEXTO DE LUTAS CONTRA O FECHAMENTO E NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em andamento desenvolvida no Doutorado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e tem como objetivo investigar se a qualificação da prática docente em classes multisseriadas pode contribuir com a resistência ao fechamento e nucleação de escolas do campo e avanço das políticas hegemônicas nas comunidades camponesas. Visto que, ao longo do tempo, criou-se a concepção de que em classes multisseriadas não se aprende e, portanto, a melhor solução é o fechamento e nucleação de escolas do campo.

Nesse percurso, a pesquisa busca identificar as potencialidades das classes multisseriadas no processo de aprendizagem dos estudantes do campo, descrever as possibilidades pedagógicas de atuação do professor nas classes multisseriadas da escola do campo por meio da valorização da cultura camponesa, investigar como a formação docente pode contribuir com a construção de uma pedagogia das classes multisseriadas e com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se

contraponham aos ideais hegemônicos do sistema capitalista no espaço escolar, analisar os fatores que culminam com o processo de fechamento e nucleação de escolas do campo, avaliando o impacto dessa ação na vida das comunidades campesinas e avaliar o impacto das políticas públicas na qualidade da educação nas escolas do campo.

Ao final da pesquisa, objetiva-se construir um material que se constitua uma orientação para a gestão e qualificação da prática docente de Classes Multisseriadas nas escolas do campo, cujo objetivo é contribuir com professores, gestores e comunidades campesinas a melhorar a atuação em classes multisseriadas e a defender a permanência das escolas na comunidade, apresentando estratégias pedagógicas, metodologias ativas e recomendações políticas para fortalecer a escola e a Educação do Campo.

A pesquisa está sendo desenvolvida segundo os paradigmas da abordagem qualitativa, é do tipo pesquisa-ação, pois sendo de cunho empírico, traz em seu bojo a busca por uma solução para um problema de ordem coletiva e pressupõe a participação e cooperação do pesquisador e dos sujeitos envolvidos na situação, e tem como campo de estudo o município de Serra do Ramalho/BA. O lócus de estudo são três escolas de três comunidades: uma serrana, cuja escola foi reativada em 2024, uma de ribeirinhos e outra quilombola, pois atuam com turmas multisseriadas e passaram pelo processo de fechamento e nucleação. Os participantes são o Secretário de Educação do município, os coordenadores que atuam na área de Educação do Campo e nas turmas multisseriadas, a equipe gestora e os professores das escolas das comunidades em questão.

Para a geração de dados, observando os cuidados éticos, estão sendo utilizadas técnicas como a entrevista narrativa, a observação direta, a análise documental e oficinas para estudos, discussões e reflexão a respeito de estratégias de construção da resistência ao fechamento e nucleação de escolas. Os dados do recorte ora apresentado foram gerados a partir da análise documental inicial sobre a organização da Educação do Campo e das Classes.

2 QUALIFICAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE PARA ATUAR EM CLASSES MULTISSERIAS E A RESISTÊNCIA AO FECHAMENTO E NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO

A Educação do Campo nasce no cerne dos movimentos sociais do campo que, por meio de ações coletivas, iniciaram a luta em prol da reforma agrária, da instituição de políticas públicas e da garantia dos direitos humanos com o objetivo de modificar as condições em que os povos do campo vêm construindo seu modo de vida. Por meio da atuação dos movimentos sociais, em 1998, surge a Articulação Por uma Educação do Campo, entidade que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional.

O respeito às especificidades da Educação do Campo é fortalecido na Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9.394/96, no Artigo 28, onde dispõe que “os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 1996). Porém, Pinheiro (2007, p. 1), ressalta que “a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem”. Esses fatores levam ao esfacelamento do processo de aprendizagem dos alunos do campo, fazendo com que seja comum encontrarmos um grande número de alunos com baixo desempenho escolar, alunos que evadiram da escola e com distorção idade série, bem como, um processo de ensino bancário.

Nesse cenário, a Educação do Campo representa uma correlação de forças e exige que se considere os enfrentamentos “de interesses antagônicos entre campesinato e agronegócio no espaço rural do Brasil. [...] as políticas públicas educacionais têm priorizado a cidade em detrimento do campo” (Santos; Nunes, 2020, p. 19). Nesse contexto de luta, torna-se imperativo desconstruir a imagem de que “a escola do campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler”. (Arroyo, 2005 p.11). E, portanto, não precisa de investimento em infraestrutura, materiais pedagógicos ou formação específica para seus professores, dentre outros aspectos.

Nessa conjuntura, está a discussão sobre as classes multisseriadas que, no âmbito das discussões políticas, têm sido “tratadas nas últimas décadas como uma ‘anomalia’ do sistema, ‘uma praga que deveria ser exterminada’ para dar lugar às classes seriadas tal qual o modelo urbano” (Santos; Moura, 2012, p. 35). Assim, refletir sobre a qualificação da prática docente e suas particularidades para atuar nas escolas com classes multisseriadas do campo é uma questão que precisa ser tensionada no sentido de demarcar a construção de uma formação que favoreça a

atuação dos professores segundo as especificidades da Educação do Campo e que dê conta da diversidade que compõe as classes multisseriadas. Conforme Caldart (2004, p. 158), “construir a educação do campo significa formar educadores e educadoras do e a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas”.

No cerne dessa discussão, a abordagem a respeito da permanência com qualidade das classes multisseriadas na escola do campo é realizada a partir da necessidade de efetivação de direitos dos sujeitos do campo, pois, em muitos casos, frequentar as classes multisseriadas é a única oportunidade que os estudantes do campo possuem para estudarem em suas comunidades e próximo às suas casas. Visto que, “temos assistido ao avanço da política de nucleação vinculada ao transporte escolar, como solução mais plausível para os grandes problemas enfrentados pelas escolas rurais multisseriadas, resultando no fechamento de escolas em pequenas comunidades rurais” (Antunes-Rocha; Hage, 2012, p. 17).

Numa conjuntura política e econômica onde impera os ideais neoliberais, Arroyo (2006) destaca que os povos do campo têm sua história marcada pelas “desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica”, (p. 104). Nesse sentido, a educação desenvolvida nas escolas multisseriadas do/no campo não pode ser concebida como mera transmissão de conhecimento, nem seguir uma proposta educacional de outros espaços, mas como elemento político, de fortalecimento da identidade campesina e de luta pela terra. Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo constitui-se um paradigma de educação que comporta uma teoria e uma pedagogia embasada em princípios filosóficos, sociológicos, políticos e pedagógicos que se ancoram, na Educação Popular inspirada em Paulo Freire, nos pensadores da educação socialista e na chamada pedagogia do movimento; uma educação que repudia, portanto, a estrutura de classes, onde impera contradições como grandes latifúndios x trabalhadores explorados.

Nesse movimento, exige-se que a formação de educadores do campo, de classes multisseriadas ou não, esteja a favor do reconhecimento da escola desse espaço como lócus de fortalecimento das lutas dos camponeses por uma educação

de qualidade e reconhecimento de sua identidade; espaço onde o povo campestre tem acesso ao conhecimento produzido socialmente, compreendendo-o como um produto construído historicamente, ao mesmo tempo em que possibilita o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva a respeito desses conhecimentos, habilitando o aluno a questionar e problematizar a realidade.

Santos (2015) aponta que para evidenciar a potencialidade das classes multisseriadas é necessário que a formação de professores deve abarcar elementos que se articulam entre si. Elementos como a “aprendizagem em pares; a auto-aprendizagem ou aprendizagem autônoma; professores que atuem como guias e facilitadores da aprendizagem e usem variados métodos de ensino; organização do currículo e planejamento de ensino que contemple a heterogeneidade da turma; [...], (Santos, 2015, p. 177).

Entretanto, a oferta da educação dos povos campestres, na maioria dos municípios, tem sido orientada por políticas educacionais de cunho neoliberal que “têm agido como uma praga penetrando nesses espaços de forma a descaracterizar ou invisibilizar a luta pela efetivação da Educação do Campo, resultante de reivindicações dos Movimentos Sociais”, (Moura; Santos, 2012, p. 68). Fato que culminou com uma onda de fechamento e nucleação de escolas do campo em todo o Brasil, principalmente de escolas multisseriadas. Contrário a esse fenômeno, em 2011, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou uma luta contra o fechamento de escolas campestres por meio da campanha “Fechar escola é crime”, denunciando o fechamento de 24 mil escolas no campo, entre 2002 e 2010, correspondendo ao fechamento de 3 mil escolas por ano.

Nessa conjuntura, a não seriação ganha legitimidade a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996, Art. 23, que autoriza a formação de grupos não seriados e classes com formação diversa (BRASIL, 1996). No mundo, “estima-se que cerca de 30% das escolas sejam multisseriadas, percentual que se eleva para 50% no continente africano. Aproximadamente, cerca de 200 milhões de alunos estudam em classes multisseriadas, em todo o mundo”. (JOURBERT, 2013, p. 216). Mas ainda se assinala a “necessidade de materiais adequados, a capacitação dos docentes em metodologia multisseriada, uma maior flexibilidade no currículo, apoio das instâncias educativas no âmbito local e regional, e descentralização da administração”, (SANTOS, 2015, p. 177).

Hage (2011, p. 127), aponta que os desafios impostos aos professores de turmas multisseriada são amplos porque “eles trabalham com muitas séries ao mesmo tempo, sendo a faixa etária, o interesse e o nível de aprendizagem dos estudantes muito variados”. Nesse cenário de desafios, a formação adequada dos professores de classes multisseriadas se torna necessária para a qualificação da prática pedagógica para fortalecer a aprendizagem nas classes multisseriadas e a luta contra o fechamento e nucleação de escolas campesinas e combater a instituição de um currículo seriado e urbanocêntrico, fundamentado numa pedagogia bancária, pautada unicamente na sala de aula e na figura do professor.

2.1 Novas perspectivas de fortalecimento das escolas do campo: apontamentos iniciais

O município de Serra do Ramalho/BA, contexto de realização da pesquisa, tem sua origem relacionada à construção da barragem de Sobradinho, que alagou as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. A criação do assentamento que deu origem ao município foi coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, por meio Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho – PEC'SR -, criado em 13 de maio de 1975, fez a transposição das 1800 famílias, mais os sem-terra de várias partes do país distribuindo-os em 19 povoados, denominados de Agrovilas, mas as comunidades tradicionais.

Os dados iniciais da pesquisa evidenciam que o município de Serra do Ramalho vem agindo na contramão das políticas hegemônicas que atuam na precarização da educação das comunidades campesinas. Segundo dados da Secretaria de Educação (2024), o município possui 85% das escolas localizadas no meio rural, visto que, de suas 41 escolas, 35 estão localizadas em comunidades campesinas. Para fortalecer as escolas do campo e evitar o desgaste dos alunos que se deslocavam de suas comunidades para estudarem na cidade, em 2022, o município realizou a desnucleação das 13 escolas e reativou a escola indígena, que havia sido fechada em 2016, e em 2024 reabriu uma escola serrana.

Nessa direção, em 2022, a Secretaria de Educação executou o Projeto de Desnucleação com vistas a reorganização da educação das comunidades do campo a partir de suas especificidades socioculturais e o reconhecimento da

identidade das escolas desse espaço. Percebemos, nesse processo, a diferença entre educação rural, pensada a serviço do capital, e a Educação do Campo, concebida como instrumento político de transformação social por meio da problematização e oposição à lógica capitalista para a transformação da realidade do campo.

Reverter a nucleação de escolas campesinas significa pensar políticas públicas de desenvolvimento do campo e formas de construção de uma sociedade capaz de superar as desigualdades entre regiões. Hage (2014) reforça que a escola no local de vivência dos sujeitos assegura a educação e o cumprimento de forma efetiva do processo de escolarização dos indivíduos.

Segundo dados da Secretaria de Educação (2024), o município possui 19 escolas com classes multisseriadas e está se destacando no âmbito da formação docente para auxiliar os professores tanto na elaboração do planejamento quanto para o desenvolvimento de dinâmicas que atendam as especificidades das classes com multissérie. Estratégia que visa o fortalecimento da escola do campo para resistir ao processo de nucleação e fechamento de escolas campesinas.

Desse modo, compreendemos que o município vem agindo a partir da compreensão de que “[...] essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem”, (Hage, 2014, p. 1173). Nessa direção, as escolas/classes multisseriadas podem oportunizar aos sujeitos do campo fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação de suas identidades culturais”. (Hage, 2006, p. 05). Reside aí a necessidade de reestruturação da formação docente, necessária para a materialização de ações em prol da luta contra o fechamento e nucleação de escolas do/no campo. Nesse sentido, os dados iniciais da pesquisa vem reforçando a compreensão de que a escola na comunidade do estudante tem uma importância para além do processo de escolarização, mas assume uma importância social e política para os sujeitos do campo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões iniciais levantadas por meio da pesquisa, nos conduz na reflexão sobre a organização das escolas campesinas no sentido de evidenciar o papel que a educação e a escola têm na vida de crianças, jovens e adultos do campo; sujeitos que carecem da atenção do Estado e que podem ter na escola a

oportunidade de construção de empoderamento. Nesse cenário, é essencial a efetivação de políticas públicas que tenham como prioridade o avanço estrutural e pedagógico das escolas do campo. É lamentável que, em muitos casos, crianças, jovens e adolescentes ainda precisem sair de suas casas, percorrendo longas distâncias em transporte escolar, para chegar à escola.

Nessa conjuntura, o deslocamento do estudante campestre de seu território para outras realidades, coaduna com o ideário do sistema capitalista neoliberal em desligar os sujeitos do campo de sua relação com a terra, gerando o fenômeno de desterritorialização dos povos campestres. Nesse contexto, as escolas com classes multisseriadas e poucos alunos tornam-se alvo dessa política hegemônica e contribui com a expansão do agronegócio, que necessita cada vez mais de mão de obra barata e não de sujeitos emancipados.

Nesse cenário, a pesquisa vem construindo o entendimento a respeito da importância da formação docente para atuar em classes multisseriadas e que se o processo de nucleação/fechamento de escolas campestres não for quebrado, os sujeitos do campo serão expulsos de seu território, culminando com o surgimento de um espaço deserto sem plantações familiares, pessoas, escolas, sem vida. Destacamos que o objetivo da pesquisa não a defesa da fixação das pessoas no campo, como meros trabalhadores para produzir insumos para a cidade, mas refletir sobre os meios para a permanência da escola com qualidade, oportunizando aos sujeitos do campo a possibilidade de escolher entre ficar ou sair do campo.

Palavras-chave: Classes Multisseriadas; Formação Docente de Escolas do Campo; Resistência ao Fechamento e Nucleação de Escolas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (orgs.) **Escola de direito:** reinventando a escola multisseriada. - 2. Ed. – Belo horizonte: Editora Gutenberg, 2012.

ARROYO, G. M. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisas:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

ARROYO, M. G. **Por uma escola do campo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
Acesso em: 05 jun. 2024.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Transgressão do paradigma da (muti)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000401165&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 jun. 2024.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo. In: MUNARIM, Antônio et al. **Educação do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: HAGE, Salomão Antônio Mufarrej (Org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2006.

JOUBERT, J. CMGE: a lighthouse for multi-gradeteaching in Africa. In:

Commonwealth Education Partnerships 2012/13, 2013, p. 216-218. Acesso em: 06 jun. 2024.

MOURA, T. V.; SANTOS, F. J. S. dos. **A Pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente**. Debates em Educação - ISSN 2175-6600. Maceió, Vol. 4, nº 7, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/658/0>. Acesso em: 06 de jun. 2024.

SANTOS, A. R. dos; NUNES, C. P. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro**. Salvador/BA: Editora Edufba, 2020.

SANTOS, F. J. S. dos. **Docência e Memória: narrativas de professoras de escolas rurais multisseriadas**. 402f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do

Estado da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, F. J. S. dos; MOURA, T. V. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. 2. ed. Belo horizonte: Editora Gutenberg, 2012.